

BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 17 | MÊS DE JULHO DE 2019



Operação Resgate dinamiza os BUE

A operação resgate trouxe uma lufada de ar fresco aos Balcões Único do Empreendedor (BUE). De acordo com o coordenador BUE do Cazenga, Manuel António de Almeida Canga, essa operação fez com que o número elevado de cidadãos estrangeiros e nacionais, que exerciam actividades comerciais de forma ilegal, acorreram aos BUE, para legalizarem as suas empresas.



Delegação da Justiça da Lunda Solidária com o povo do Sul

Os funcionários da Delegação da Justiça e dos Direitos Humanos da Lunda Sul entregaram, no dia 10 de Julho de 2019, donativos para apoio à população vítima da seca na região sul do país, em cumprimento ao apelo feito por Sua Excelências Presidente da República e do programa elaborado pelo Governo Provincial.

A MENSAGEM DO MINISTRO

TÍTULO DA MENSAGEM



Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

Fazer cada dia melhor do que o anterior, no sentido de servir os utentes com um serviço com a qualidade a altura das exigências, tem animado os nossos esforços.

E, porque a interação com a população beneficiária da nossa actividade, faz-se necessária, dedicamos nesta edição, grande parte dela direccionada as acções dos Balcões do Empreendedor, algum espaço a cidadãos que recorrem aos nossos serviços para ouvir o seu nível de satisfação.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS**

Direcção:

Francisco Queiroz

Edição:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Fotografia:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Design:

Marco Rohrbacher

NESTA EDIÇÃO

Delegação Provincial da Lunda Sul

Empossamento do Comite dos Direitos Humanos..... Pág 3

BUE

Dados Estatísticos do I Semestre Pag 5

Balcão Único do Empreendedor do Cazenga Pág 6

Emprendedor de Sucesso do Cazenga Pág 7

Balcão Único do Empreendedor do Kilamba Kiaxi Pág 9

Emprendedor de Sucesso do Kilamba Kiaxi Pág 12

Direitos Humanos

Relatório Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA Pág 13

CIVICOP

Comissão para vitimas de Conflitos Políticos Pág 15

Identificação Civil e Criminal

Mensagem de Felicitação Pág 17

Breves

Emissão de BI na FILDA Pág 19

Lunda Sul Solidária com o povo do Sul Pág 20

GCII

Portais e Redes Sociais Pág 21

Os Nosso Valores Pág 22

DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA LUNDA SUL

Aconteceu no passado dia 8 de Julho de 2019, pelas 14h, o empossamento do Comité Provincial dos Direitos Humanos, Lunda Sul.

Empossado o Comité Provincial de Direitos Humanos da Lunda Sul



O Comité Provincial de Direitos Humanos da Lunda Sul foi empossado no dia 8 de Julho pelo Governador da Província, Daniel Neto.

O Despacho de nomeação foi exarado em Novembro de 2018. O Comité está formado por 15 membros, representantes de diversas instituições provinciais e organizações da Sociedade Civil.

Coordenado pelo Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, Izildo Paulo Gonçalves, o Comité Provincial dos Direitos Humanos é um órgão intersectorial cujo objecto é a implementação das políticas traçadas pelo Executivo no âmbito da promoção, protecção dos Direitos Humanos, bem como a prevenção da sua violação a nível local.

O empossamento do Comité da Lunda Sul é uma mais-valia para a província e um passo mais na consolidação do sistema nacional e provincial de promoção e protecção dos Direitos Humanos.

Actualmente, 16 das 18 províncias contam com um Comité Provincial de Direitos Humanos, em conformidade com o Decreto Executivo nº 137/14, de 13 de Maio, que regulamenta o seu funcionamento, faltando apenas Cabinda e Luanda.

O reforço do funcionamento dos Comités Provinciais de Direitos Humanos e a sua expansão para os municípios e comunas é um dos principais eixos de acção da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos de 2019-2022.



DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA LUNDA SUL

Aconteceu no passado dia 8 de Julho de 2019, pelas 14h, o empossamento do Comité Provincial dos Direitos Humanos, Lunda Sul.

Os Comités Provinciais dos Direitos Humanos são órgãos mistos, compostos por representantes de instituições públicas e por organizações da Sociedade Civil, ao nível provincial.

O Comité é constituído por duas Comissões: Comissão de Promoção e de Protecção. Segundo o seu Regulamento Interno, Decreto Executivo nº137/14, de 13 de Maio, o comité é composto pelas seguintes entidades:

Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos; Representante do Governo Provincial; Juiz Presidente do Tribunal Provincial; Representante da Provedoria de Justiça; Representante do Ministério da Educação; Representante do Ministério do Interior; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Representante do Ministério da Cultura; Representante do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social; Representante do Instituto Nacional da Criança;

Representante da Ordem dos Advogados de Angola; Representantes da Sociedade Civil que trabalham em Direitos Humanos; Representante das Confissões Religiosas reconhecidas; Representante das Autoridades Tradicionais. E podem ser convidados como observadores, os Representantes da Magistratura Judicial e da Procuradoria Geral da República.

Foram criados em 1997 pelo Ministério da Justiça, com o apoio da então Divisão dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola, num momento em que se agudizava o conflito armado em Angola. Tem uma vigência permanente e é tutelado pelo Ministério da

Justiça e dos Direitos Humanos.

São regulamentados pelo Decreto 137/14, de 13 de Maio de 2014.

A nível local, constituem uma plataforma de convergência, no intuito de garantir: diálogo permanente entre as instituições públicas e da sociedade civil; primazia dos Direitos Humanos nas políticas públicas; promoção e defesa dos direitos civis, políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais; respeito à diversidade; combate às desigualdades.



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

O Balcão Único do Empreendedor regista mais de 5 mil Empresas durante o primeiro semestre de 2019

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) registou um total de 5.886 (cinco mil oitocentos e oitenta e seis) empresas durante o primeiro semestre do ano em curso.

Segundo o relatório do primeiro trimestre, foram constituídas um total de 2.562 (duas mil quinhentas e sessenta e duas) empresas a nível nacional. E no segundo trimestre, 3.324 (três mil trezentas e vinte e quatro) empresas.

Para além da constituição de empresas, foram efectuados no Balcão Único do Empreendedor (BUE) os seguintes actos, durante o primeiro semestre: 9.632 (nove mil seiscentos e trinta e dois) registos civis, 2.577 (dois mil quinhentos e setenta e sete) registos criminais, 1.096 (mil noventa e seis) Bilhetes de Identidade, 2.188 (dois mil cento e oitenta e oito) Número de Identificação Fiscal (NIF) e 2.074 (dois mil setenta e quatro) empresas licenciadas.



COORDENAÇÃO NACIONAL DOS BUE's

INDICADORES	RESULTADO ALCANÇADO NO I TRIMESTRE DE 2019			
	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
N.º de Processos Recebidos	1287	858	670	2815
N.º de Empresas Constituídas	523	1187	852	2562
N.º de Empresas Licenciadas	374	505	235	1114
N.I.F Emitidos	253	170	379	802
N.º de B.I Emitidos	156	422	132	710
N.º de Registo Criminal Emitidos	452	580	534	1566
N.º de Registo Civil Emitidos	1434	1395	1547	4376

INDICADORES	RESULTADO ALCANÇADO NO II TRIMESTRE DE 2019			
	Abril	Maió	Junho	Total
N.º de Processos Recebidos	841	647	1217	2705
N.º de Empresas Constituídas	901	1180	1243	3324
N.º de Empresas Licenciadas	407	249	304	960
NIF Emitidos	355	353	678	1386
N.º de B.I Emitidos	99	120	167	386
N.º de Registo Criminal Emitidos	224	356	431	1011
N.º de Registo Civil Emitidos	1854	1683	1719	5256

INDICADORES	RESULTADO ALCANÇADO NO I SEMESTRE DE 2019		
	1º Trimestre	2º Trimestre	Total
N.º de Processos Recebidos	2815	2705	5520
N.º de Empresas Constituídas	2562	3324	5886
N.º de Empresas Licenciadas	1114	960	2074
NIF Emitidos	802	1386	2188
N.º de B.I Emitidos	710	386	1096
N.º de Registo Criminal Emitidos	1566	1011	2577
N.º de Registo Civil Emitidos	4376	5256	9632

BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

BUE CAZENGA



Manuel António de Almeida Canga, o coordenador do Balcão Único do Empreendedor do Cazenga, o segundo a nível nacional e o primeiro em Luanda, inaugurado no dia 5 de Maio de 2012, foi o nosso entrevistado desta semana.

Canga disse ter aceiteado com grande satisfação o convite para coordenar o balcão do Cazenga.

Explicou que fez parte de um projecto semelhante, do Ministério da Justiça de Portugal, que não foge muito da estrutura dos BUE.

Na sua visão, o BUE tem tudo para dar certo. A nível local, correspondia as necessidades do cidadão. No início, todos serviços de justiça, e outros, estavam a trabalhar em pleno, o que ajudava a descongestionar as enchentes noutros locais. Com o passar do tempo, as coisas começaram a mudar de figurino. O próprio aplicativo deixou de funcionar e os créditos que eram o chamariz da população para os balcões, paralizaram. Isso fez com que ficássemos inoperante durante um tempo.

Canga referiu que no primeiro trimestre de 2019 os BUE's começaram a constituir empresas fora do aplicativo e os números têm sido satisfatórios. Mostra que alguns cidadãos estão interessados em empreender.

OPERAÇÃO RESGATE

A operação resgate trouxe uma lufada de ar fresco aos BUE's. O número elevado de cidadãos estrangeiros e nacionais que exerciam actividades comerciais de cantinas, e não só, de forma ilegal, acorreram aos BUE's, para legalizarem as suas empresas. Até porque não envolve custos, para a criação das mesmas. Ou seja, são constituídas a custo zero, comparando-as ao Guiché Único de Empresas (GUE).



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

BUE CAZENGA

Houve muito sucesso, devido o engajamento do Coordenador Nacional do BUE, em conjunto com o Diretor Nacional dos Registos e Notariado, que permitiram que os técnicos dos BUE's com a categoria de Conservador Adjunto, tivessem formação em matéria de Registo Comercial, que lhes permitisse assinar as Certidões Comerciais, sem depender da direcção, de maneira a facilitar o trabalho, porque o Estatuto Orgânico 40/12, de 13 de Março, dá autonomia no exercício das funções.

CONSTRANGIMENTOS

Segundo o Coordenador Manuel António de Almeida Canga, um dos principais constrangimentos é a questão dos cidadãos que criaram as empresas sem noção do que estavam a fazer.

Muitos foram movidos pelo crédito porque, naquela altura, bastava ter o NIF para adquirir o financiamento.



Muitos até agora não receberam os créditos, mas estão endividados. Quando apresentam o NIF o relatório apresentado indica que têm dívidas de impostos por pagar. Esta situação dificulta o acesso a pensão na Segurança Social.

O que pedimos, é que haja uma nova lei que revogue a actual, onde deveria existir um perdão para aqueles cidadãos que criaram as empresas sem nenhum esclarecimento.

Outra preocupação é a inoperância dos outros serviços de justiça que já funcionavam e falta de apoio do órgão central para algumas situações que deveriam ser ultrapassadas.



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

FEIRA DO EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DO CAZENGA

Esta feira foi iniciativa do BUE do Cazenga com o envolvimento da administração na pessoa do antigo Administrador, o **Srº Tany Narciso**, no Marco Histórico onde conseguiram identificar os empreendedores que criam as suas empresas e daí conseguimos perceber que projecto tem dado alguns frutos e que os mesmos tem-se multiplicado na geração de empregos, que é o principal objectivo para a irradicação da fome e a pobreza.



EMPREENDEDOR DE SUCESSO



A explanação do Coordenador sobre a feira, motivou a equipa do Boletim da Justiça e dos Direitos Humanos a buscar algum empreendedor de sucesso a nível do município, que tenha constituído a sua empresa no BUE Cazenga.

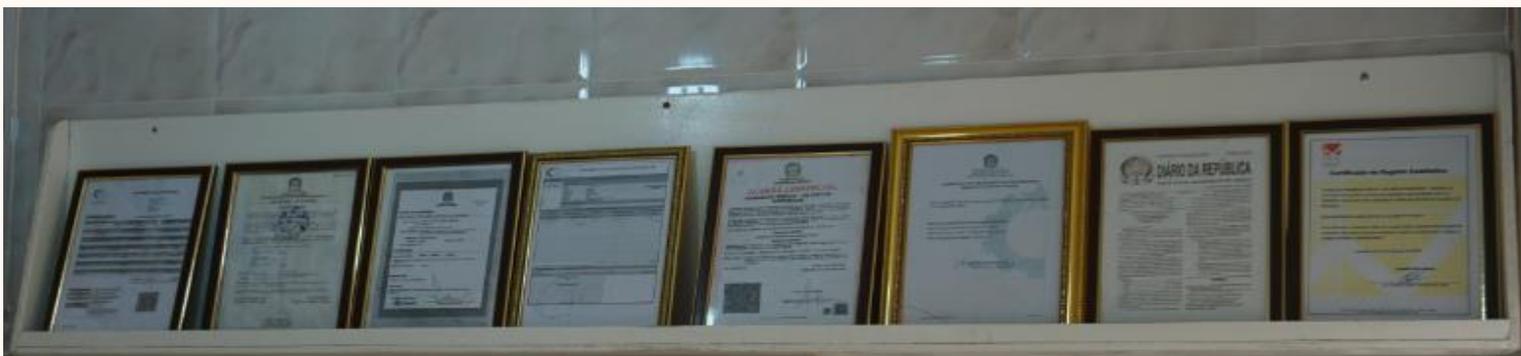
No distrito do Calauenda, município do Cazenga, encontramos o empreendedor Abílio Domingos, 52 anos de idade, farmacêutico de profissão, que nos recebeu com muita satisfação.

Depois de uma visita guiada ao seu empreendimento constituído no BUE do Cazenga, uma farmácia e um laboratório de análises clínicas, Abílio Domingos contou que pretende abrir um posto médico (com obras de construção bem avançadas) para acudir a população local, “tudo no âmbito deste projecto”.



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

O farmacêutico pediu que o Estado não olhasse somente para o sector agrícola e da indústria transformadora, pois há muita gente interessada em empreender noutras áreas de actividade e têm dificuldades na obtenção de créditos para levar avante os seus projectos.



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

BUE Kilamba Kiaxi

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) do Kilamba Kiaxi é Coordenado há 7 anos por Teresa Lurdes Van-Duném.

Segundo a Coordenadora, “Quando abrimos o balcão, havia muita aderência por causa dos créditos e muitos não sabiam que tinham de pagar os impostos. Assim, vários empreendedores foram criando as suas empresas.” O processo começa por uma entrevista onde as questões consubstanciam-se em saber o que o utente pretende fazer, a localização do estabelecimento, etc...

Depois, é enviado para Administração Geral Tributaria (AGT) com a cópia do bilhete de identidade e fotografias (processo é presencial). Depois de criar o número do NIF, o processo volta para a coordenação para ser criada a certidão comercial. Passados 15 dias, o processo está concluído.

Teresa Lurdes Van-Dunem informou que algum tempo atrás, tiveram um índice baixo por falta dos créditos e muitos não pagavam os seus



Impostos. Muitas vezes tiveram de ligar para os utentes. Houve casos de utentes que já não lembravam, de outros que mudavam de número de telemóvel e de muitos que já tinham falecidos. Ainda assim, existem aqueles que continuam até hoje a cumprirem com as suas obrigações, pagando as suas contas. Importa referir que tivemos também o perdão fiscal.

O impacto da Operação Resgate

Surgiu a operação resgate que veio dinamizar os nossos serviços, em termos de legalização de empresas, e aumentou consideravelmente a procura dos nossos serviços, uma vez que o nosso município tem 4 distritos com muitos comerciantes que não estão legalizados, “temos aqui o mercado dos correios com muitos estrangeiros que tinham muitas dificuldades e este processo veio dinamizar e dar um impute muito grande aos nossos trabalhos”

BALÇÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

BUE Kilamba Kiaxi

Segundo a Coordenadora, por causa da demanda, tiveram de fazer uma formação no Guiché Único de Empresa (GUE) que confere o poder de assinar as certidões e assim ficou facilitado o trabalho.

Segundo Teresa Lourdes Van-Duném, actualmente atendem mais de 100 pessoas por dia e constitui hoje um grande orgulho ver muitos empreendedores de sucesso que constituíram as suas empresa no BUE do Kilamba Kiaxi. Temos informações que o nosso Balção é o mais falado no bom sentido e estamos felizes com isso.



EMPREENDEDOR DE SUCESSO

Américo Manuel Kipaca

Na busca de um empreendedor de sucesso, deparamo-nos com **Américo Manuel Kipaca**, que nos contou a sua história.

“Constitui o meu estabelecimento no Balção Único do Empreendedor (BUE) do Kilamba Kiaxi. Não beneficiei do crédito, mas a facilidade de tratar os documentos e ficar legalizado já foi um grande ganho. Outro foi o apoio da administração que me cedeu o terreno. Sinto-me um vencedor”



BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR (BUE)

BUE Kilamba Kiaxi

Américo Kipaka disse ser um visionário, que esta neste ramo desde 1988. Começou por fazer trabalhos de barbeiro, no antigo mercado do Roque Santeiro, sem condições. Tinha apenas um lugar coberto de esteiras e pau a pique. Em 1999 passou a vender, também, cigarros.

“Em 2010, fui ao bairro fiscal e tentei legalizar a minha barbearia. Mas não foi fácil. Assim que surgiu os BUE, foi aí que consegui ficar legalizado. Pago os meus impostos, tenho todos os meus documentos conforme manda a lei. Hoje, tenho a minha barbearia com 4 funcionários e sinto-me feliz com isso. Pretendo expandir o meu trabalho.



Direitos Humanos

Lançado Relatório Final da Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA

O Relatório Final da Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA, elaborado pelo Instituto Nacional de Luta contra o SIDA, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi apresentado nos dias 2 e 3 de Julho.

O Relatório da Comissão Global sobre HIV e o Direito (2012) e o seu Suplemento (2018) apresentam uma série de recomendações destinadas a fortalecer o ambiente jurídico e político dos países como forma de resposta à epidemia de VIH SIDA. As recomendações são padrões internacionais baseadas em direitos humanos que visam realizar mudanças nas leis e políticas dos países para reforçar legalmente a resposta nacional à epidemia.

Após uma extensa revisão das leis e políticas nacionais e padrões internacionais, foram realizados relatórios consolidados ou preliminares:



a) Avaliação do Ambiente Jurídico em torno ao VIH/SIDA em Angola;

b) Directrizes de Envolvimento da Sociedade Civil, assim como a identificação das prioridades para serem incorporadas num Plano de Acção Nacional.

Estes documentos foram validados num Workshop realizado em Novembro de 2018 em Luanda, com representantes das partes

interessadas. O seminário foi liderado pelo Instituto Nacional de Luta contra a SIDA e co-liderado pelo Ministério de Justiça e dos Direitos Humanos.

O processo de validação incluiu representantes das Organizações da Sociedade Civil, em particular de Organizações de pessoas vivendo com VIH, populações chave e populações vulneráveis e membros destas populações.

Direitos Humanos

Lançado o Relatório Final da Avaliação do Ambiente Jurídico sobre VIH/SIDA

Igualmente, os documentos foram validados por representantes de outros sectores do Executivo Angolano, tais como a Vice-presidência da República, o Ministério da Saúde, serviços Penitenciários e o Instituto Nacional de Luta Antidrogas (INALUD), entre outros.

O acto de lançamento do referido relatório foi presidido pelo Secretário de Estado para Saúde Pública, José Cunha, acompanhado da Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Cardoso Januário, e o Director do PNUD, Henrik Larsen

Na sua intervenção, Ana Celeste Cardoso Januário sublinhou que a resposta a saúde baseada em Direitos Humanos enquadra-se no Direito Universal e nos Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos.

A atenção especial a ser dada a pessoa vivendo com HIV/SIDA decorre do facto de serem seres

humanos, a eliminação dos preconceitos e discriminação por orientação sexual devem ser banidos. Porém, existem mecanismos, como o acesso à justiça, o recurso extrajudicial de resolução de litígio, etc.

Acrescentou ainda que são pouco frequentes os casos que chegam aos Tribunais para o devido tratamento e responsabilização dos seus actores. Por essa razão a tarefa é o respeito e aplicação da Lei.

Durante o Workshop, que durou dois dias, foram abordados os temas:

- 1) Avaliação do Ambiente Jurídico VIH/SIDA e Direitos;
- 2) Mulheres;
- 3) Criminalização da exposição, divulgação e transmissão do VIH/SIDA
- 4) Populações-Chaves.



CIVICOP

3ª Reunião da Comissão para Homenagear as vítimas de Conflitos Políticos (CIVICOP)

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, presidiu, no dia 3 de Julho, o terceiro encontro da Comissão para Homenagear as Vítimas de Conflitos Políticos.

Foram analisadas no encontro, as actividades realizadas pela Comissão e os passos seguintes a serem empreendidos.

A comissão integra o Ministério dos antigos combatentes, da Defesa Nacional, do Interior, da Saúde, da Cultura, o SINSE, os partidos políticos com assento no Parlamento, as igrejas reconhecidas, as organizações da Sociedade Civil com objecto específico em Direitos Humanos e Cidadania, bem como a União Africana e UNICEF.



Entre os seus objectivos, destacam-se a criação de uma plataforma de abordagem dos pendoros de um passado doloroso que possam perdoar, a reconciliação, a harmonia nacional e a reconstrução da nação, combatendo os factores que possam enfraquecer as bases para construção da paz e o desenvolvimento humanos sustentável e proporcionar

mecanismos para um dialogo convergente no sentido de alcançar paz espiritual da sociedade, face a episódios de violência física ou psicológica do passado histórico que possam perturbar a unidade e coesão plenas dos angolanos, visando perdoar, curar e honrar a memória das vítimas.

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL



A Directora Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal endereçou uma mensagem de felicitação a equipa que trabalhou na II Edição da Campanha “Meu 1º BI Rumo à Cidadania”.

Agradeço o empenho e dedicação de todos os colegas da DNAICC de Cabinda ao Cunene, que não mediram esforços para que esta actividade se realizasse e durante este mês de Junho mostraram o porquê que estamos aqui a fazer este trabalho.

Mensagem de Felicitação

Não podia deixar de agradecer, também, aos nossos colegas do GCII pela cobertura dada a este trabalho e o apoio habitual nas actividades que vamos realizando em prol da população do nosso país. Juntos somos mais fortes, sem sombra de dúvidas.

Aos nossos Delegados Provinciais, o que dizer? Muito obrigada pelo vosso apoio incondicional ao Arquivo Provincial de Identificação Civil e Criminal, pela liderança desta empreitada nas vossas províncias, inovação e espírito de entrega...

Podemos com pequenos feitos fazer a diferença na vida das pessoas. Peço a Deus que nos abençoe a todos e renove as nossas forças e que nos continue a dar força, saúde e sabedoria nos nossos afazeres diários, na vida pessoal e profissional.

É um privilégio poder trabalhar com todos vocês, na liderança desta nossa e vossa DNAICC.

Rumo ao Sucesso!!!

Felismina Gando Manuel da Silva.



EMISSÃO DO BI NOTA DE AGRADECIMENTO

Total de processos recolhidos

9710
Luanda

204
Bengo

2547
Benguela

986
Bié

1399
Cabinda

612
Cuando
Cubango

384
Cuanza Norte

1274
Cuanza Sul

642
Cunene

2065
Huambo

1322
Huila

1353
Lunda Norte

419
Lunda Sul

429
Malange

503
Moxico

493
Namibe

677
Uige

210
Zaire

Total **25.229**

A actividade representou mais um marco para o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, no que concerne à atribuição da cidadania às crianças angolanas e no esforço contínuo de sensibilizar os encarregados de educação no tratamento atempado do Bilhete de Identidade.

**i MAIS
INFORMAÇÕES
222 670 670**



Breves

118 Bilhetes de Identidade emitidos na FILDA

A Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal (DNAICC) participou na 35ª Edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA), que decorreu de 9 a 13 de Julho.

Durante os três primeiros dias de trabalho, foram emitidos 118 Bilhetes de Identidades, sendo no primeiro dia emitidos 44, no segundo dia 49 e no terceiro dia 25, tendo sido reservado os dois últimos dias para a entrega dos Bilhetes de Identidade. No que diz respeito aos Registos Criminais, foram emitidos 30 Certificados de Registos Criminal.



Breves

Delegação da Justiça da Lunda Solidária com o povo do Sul

Os funcionários da delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos da Lunda Sul entregaram, no dia 10 de Julho de 2019, donativos para apoio à população vítima da seca na região sul do país, em cumprimento ao apelo feito por Sua Excelências Presidente da República e do programa elaborado pelo Governo Provincial.



Meios de Interação com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Redes Sociais e Portais

Entre em contacto com o **Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos**, através dos seguintes meios de comunicação:



Facebook
web.facebook.com/minjusdh



Instagram
www.instagram.com/minjusdh



Youtube
www.youtube.com/minjusdh



Twitter
www.Twitter.com/minjusdh



Serviços
www.servicos.minjusdh.gov.ao



Directório de Sociedades e Empresas
www.dse.Minjusdh.gov.ao



Governo
www.minjusdh.gov.ao



GUE
www.gue.gov.ao



BI
<https://bi.minjusdh.gov.ao>

Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

OS NOSSOS VALORES

TRANSPARÊNCIA - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

LEALDADE - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

RIGOR - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao nepotismo, ao empirismo e à falta de brio profissional.

